

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº. 0925/2021

EDITAL Nº. 012/2021

NORMA APLICÁVEL: NCCA – NORMA DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES E ALIENAÇÕES DA FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU - BRASIL

1. PREÂMBULO

1.1. A **FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL (FUNDAÇÃO PTI-BR)**, com sede na Avenida Tancredo Neves, 6731, Parque Tecnológico Itaipu, CEP 85867-900, Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.769.688/0001-18, nos termos da NCCA – **NORMA DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES E ALIENAÇÕES DA FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL**, representada pela Comissão de Julgamento nomeada pela **Resolução do Conselho Diretor nº. 137/2020 de 06 de novembro de 2020**, torna público que realizará a **Credenciamento de empresas para faturamento na compra de ingressos dos atrativos do Complexo Turístico Itaipu**.

1.2. O inteiro teor deste Edital, incluindo seus Anexos, estará disponível no endereço eletrônico da Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil (**Fundação PTI-BR**): www.pti.org.br.

1.3. O processo de credenciamento de que trata este edital obedecerá às seguintes etapas:

- a) Entrega do requerimento de credenciamento acompanhado de toda a documentação exigida, no endereço de e-mail estabelecido neste Edital;
- b) Análise documental;
- c) Habilitação;
- d) Divulgação dos prestadores habilitados;
- e) Convocação para assinatura do instrumento contratual;
- f) Acompanhamento da execução da contratação.

1.3.1. As atividades previstas dos itens “b” à “d” competem aos membros do Comitê de Avaliação Competitiva da **Fundação PTI-BR**.

1.3.2. O acompanhamento de que tratam os itens “f” será realizado pela área demandante.

1.4. São parte integrante deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I

Termo de Referência

ANEXO I – A	Norma de Vendas do Complexo Turístico Itaipu
ANEXO II	Modelo de Requerimento de Credenciamento
ANEXO III	Documentos de Habilitação
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Me/EPP
ANEXO V	Minuta de Contrato

2. DO OBJETO

2.1. Credenciamento de empresas para faturamento na compra de ingressos dos atrativos do Complexo Turístico Itaipu, em conformidade com o Anexo I deste Edital.

2.2. Este procedimento definirá as pessoas jurídicas habilitadas ao credenciamento que, após formalização de credenciamento e assinatura do contrato, ficarão autorizadas para faturamento na compra de ingressos dos atrativos Complexo Turístico.

3. DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Serão indicados no momento da contratação do credenciado.

4. VIGÊNCIA

4.1. Este edital terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com os limites do art. 63 da Norma de Compras, Contratações e Aliações da Fundação PTI-BR, desde que atendidos aos requisitos a seguir:

a) Demonstração da permanência do interesse da Fundação PTI-BR;

4.2. Durante o período de vigência, qualquer interessado poderá requerer seu credenciamento para prestação dos serviços objeto deste edital.

5. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E DOS PREÇOS

5.1. A descrição detalhada do objeto e especificação técnica dos serviços a serem prestados estão descritas no item 3 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

6. DOS ESCLARECIMENTOS DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo de credenciamento poderão ser enviados ao membro do Comitê Permanente, preferencialmente por meio eletrônico, no e-

mail avaliacao.competitiva@pti.org.br, ou via telefone (45) 3576-7136.

6.1.1. Nos pedidos enviados por e-mail, no campo “assunto” deverá constar o número do processo ou o número do edital.

EXEMPLO: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2021 – PROCESSO Nº 0925/2021 – ESCLARECIMENTOS

6.2. A **FUNDAÇÃO PTI-BR**, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, à partir da interposição, fornecerá e esclarecerá as informações requisitadas.

6.3. O prazo poderá ser prorrogado, por conveniência da **Fundação PTI-BR**, afim de proporcionar resposta concreta. Nesse caso, o prazo necessário será informado por e-mail.

6.4. As perguntas e respostas estarão disponíveis a todos os interessados no link <https://www.pti.org.br/pt-br/avisos-de-editais>, e constituirão parte integrante deste Edital.

7. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.1. Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade, devendo protocolizar o pedido até 3 (três) dias úteis após a publicação do edital.

7.2. A FUNDAÇÃO PTI-BR processará, julgará e decidirá a impugnação interposta em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da interposição da impugnação

7.2.1. Na hipótese de o prazo referido no item anterior ser insuficiente, a FUNDAÇÃO PTI-BR, justificadamente deverá promover o adiamento da data fixada para a abertura da sessão pública.

7.3. A impugnação deverá ser realizada exclusivamente por forma eletrônica, pelo e-mail avaliacao.competitiva@pti.org.br.

7.4. Compete a autoridade competente e aos membros do Comitê, signatários do instrumento convocatório decidir as impugnações interpostas.

7.5. Na análise das impugnações, procurar-se-á, sob a luz da boa-fé, a preservação da avaliação competitiva e dos negócios jurídicos dela decorrentes.

7.6. Se a impugnação for julgada procedente, a FUNDAÇÃO PTI-BR declarará:

I – Na hipótese de ilegalidade insanável, a nulidade absoluta da avaliação competitiva ou ato eivado de vício, a depender da situação concreta;

II – Na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, promover-se-á a correção do ato, devendo:

a) republicar o aviso da avaliação competitiva, devolvendo o prazo de publicidade, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame;

b) comunicar a decisão da impugnação a todos os fornecedores já inscritos.

7.7. Se a impugnação for julgada improcedente, a **Fundação PTI-BR** deverá comunicar a decisão a todos os interessados, dando seguimento ao processo.

7.8. Os avisos, as impugnações, os pedidos de esclarecimentos e os respectivos posicionamentos do membro do Comitê serão disponibilizadas no endereço eletrônico <http://www.pti.org.br>, para conhecimento da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

8. DA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

8.1. A Fundação PTI-BR poderá anular ou revogar os processos de seleção de fornecedores independente da modalidade, a qualquer tempo, por meio da autoridade competente, mediante justificativa, sem que o fornecedor tenha direito a qualquer tipo de compensação ou indenização., conforme art.45 da NCCA

9. DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

9.1. Poderão participar do processo de credenciamento as pessoas jurídicas legalmente autorizadas para a prestação de serviços objeto deste edital, que aceitem as condições estabelecidas no termo de referência e que contenham a documentação necessária para a habilitação.

9.2. Os interessados habilitados, após análise da documentação apresentada, serão credenciados, mediante constatação do preenchimento dos requisitos exigidos no presente Edital e seus anexos e contratados conforme necessidade da **Fundação PTI-BR**.

10. DAS RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO

10.1. É vedada a aquisição de bens e a contratação de obras ou serviços com:

10.1.1. Aqueles que estiverem sob regime falimentar ou de insolvência civil;

10.1.2. Aqueles que forem considerados inadimplentes e/ou inidôneos perante a própria Fundação PTI-BR e a Itaipu Binacional;

10.1.3. Seus administradores, membros dos órgãos estatutários e empregados da Fundação PTI-BR e da Itaipu, ainda que cedidos;

10.1.4. Pessoa jurídica cujo administrador ou sócio tenha poder de direção familiar, em linha reta ou colateral até 2º grau, de qualquer empregado ou colaborador que atue na área responsável pela demanda ou contratação de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito da instituição;

10.1.5. Empresa de que participem pessoa a que refere o item 10.1.3 ou exerçam funções de direção ou administração, exceto no caso de participação de até 5% (cinco por cento) como acionista de empresa de capital aberto ou entidade sem fins lucrativos.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. As obrigações da **FUNDAÇÃO PTI-BR** são as previstas no **item 8** do **Termo de Referência**, Anexo I deste edital.

11.2. As obrigações da **CONTRATADA** são as previstas no **item 7** do **Termo de Referência**, Anexo I deste edital.

12. DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

12.1. O interessado em participar do processo de credenciamento, objeto deste edital, deverá entregar, no ato do requerimento, **os documentos constantes no ANEXO III** do Edital, sob pena de desclassificação.

12.2. Os documentos a serem apresentados podem ser em cópia simples ou digital, facultando a Fundação PTI-BR, em caso de dúvidas, a realização de diligências para aferir a autenticidade da documentação.

12.3. Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da emissão.

12.4. Serão considerados habilitados os interessados que apresentarem a documentação válida exigida e se enquadrarem nas regras deste Edital e Termo de Referência

12.5. Serão considerados inabilitados os interessados que:

12.5.1. Estejam enquadradas em, pelo menos, um item relacionado no **item 10** do edital.

12.5.2. Estejam inadimplentes com as obrigações assumidas junto aos órgãos fiscalizadores da atividade/profissão, ou possuam qualquer nota desabonadora emitida pelos referidos órgãos.

12.5.3. Não atendam aos requisitos do Edital.

13. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

13.1. A entrega de documentos obedecerá duas fases:

13.1.1. Na primeira fase, os interessados em participar do processo de credenciamento inicial, deverão encaminhar a documentação exigida no **ANEXO III** do edital até as **23h59min** do dia **07/10/2021**.

13.1.2. Na segunda fase, que inicia no dia imediatamente posterior à data supracitada, e permanecerá aberta até o término da vigência do Edital, os interessados em efetuar o credenciamento para o presente objeto, deverão encaminhar a documentação exigida no **ANEXO III** do edital a qualquer momento dentro da vigência.

13.2. Os documentos deverão ser encaminhados via e-mail avaliacao.competitiva@pti.org.br ou para a Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil, situada na Avenida Tancredo Neves, nº 6731, nas dependências da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, Edifício das Águas, Fase II – Telefone: (45) 3576-7136.

13.3. Quando os documentos forem enviados de forma física para o credenciamento deverão ser entregues em um único envelope no qual conste a seguinte informação:

FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL

Av. Tancredo Neves, 6731 – Parque Tecnológico Itaipu-Brasil

CEP 85.867-900 – Foz do Iguaçu/PR

A/C Comissão de Julgamento

PROCESSO 0925/2021 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2021

DOCUMENTOS INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento de empresas para faturamento na compra de ingressos dos atrativos do Complexo Turístico Itaipu

13.4. As informações prestadas, assim como a documentação entregue, são de inteira responsabilidade do interessado.

14. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

14.1. Toda a documentação exigida é requisito obrigatório à Habilitação do interessado no credenciamento de que trata este edital.

14.2. A análise dos documentos apresentados será realizada pelos membros do Comitê de Julgamento da **Fundação PTI-BR** em dois momentos:

14.2.1. O primeiro momento compreende a fase inicial de credenciamento, conforme mencionado no **item 13.1.1**, onde os documentos serão analisados em até **05 (cinco) dias úteis**, contados da data limite para entrega da documentação da fase inicial do credenciamento.

14.2.2. O segundo momento, que abrange o período em que o Edital de Credenciamento permanecerá aberto, a documentação será analisada em até 10 (dez) dias úteis a partir do seu recebimento.

14.3. Após o recebimento da documentação, pelos membros do Comitê de Julgamento da **Fundação PTI-BR**, caso seja identificada qualquer inconformidade com as exigências deste Edital por parte dos interessados, estes serão inabilitados.

15. DA DILIGÊNCIA

15.1. É dever do Comitê de Julgamento ou do comprador negociador, em qualquer fase do processo de seleção de fornecedores, promover as diligências necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na proposta, na documentação de habilitação ou complementar à instrução do processo, conforme art. 43 da NCCA.

15.2. Será admitido que os interessados, em resposta à diligência promovida, procedam com a juntada posterior de documentos cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica aos documentos já existente na data da apresentação do requerimento de credenciamento.

15.3. Poderão ser objeto de saneamento os erros formais e os materiais irrelevantes, em relação aos documentos para a habilitação.

15.4. Os fornecedores notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo membro do Comitê de Julgamento, sob pena de desclassificação/inabilitação.

16. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

16.1. Os resultados das pessoas jurídicas credenciadas serão publicados no endereço eletrônico www.pti.org.br, em dois momentos:

16.1.1. Ao término da análise dos requerimentos de credenciamento da primeira fase; e

16.1.2. À medida que a análise documental for concluída, considerando os requerimentos de credenciamento recebidos após a data mencionada no **item 13.1.1.**

17. DOS RECURSOS

17.1. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação entregue no ato da inscrição, apresentando suas razões devidamente fundamentadas por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do dia subsequente à data da publicação do resultado no site da **Fundação PTI-BR** ficando, nesse período, autorizados a obter vistas ao processo junto a **Fundação PTI-BR** na sede da Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil, situada na Avenida Tancredo Neves, nº 6731, nas dependências da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, **Edifício das Águas, Fase II** – Telefone: (45) 3576-7136.

17.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 03 (três) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o item anterior. As contrarrazões cabem apenas na fase posterior à fase inicial, e poderão ser apresentados apenas por empresas credenciadas nas condições presentes neste Edital.

17.3. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos aqui referidos, inciam-se e expiram-se exclusivamente em dias úteis no âmbito da **Fundação PTI-BR**.

17.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio do comitê de julgamento, que apreciará sua admissibilidade, cabendo a autoridade competente reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja proferida a decisão final.

17.5. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6. A **Fundação PTI-BR** comunicará o resultado do recurso interposto disponibilizando-o no endereço eletrônico www.pti.org.br.

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1. As empresas que atenderem aos requisitos deste edital e seus anexos e

apresentarem toda a documentação solicitada de acordo com o **ANEXO III** do edital serão consideradas **CREDENCIADAS** a prestar os serviços para a **Fundação PTI-BR**, respeitando-se a alternatividade entre os credenciados para contratação.

18.2. A execução dos serviços será iniciada após a emissão pela Fundação PTI-BR do Instrumento Contratual, devidamente aprovada pelo representante da Fundação PTI-BR e com rubrica do representante da CONTRATADA.

18.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Fundação PTI – BR, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

18.4. Os serviços deverão ser verificados pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

18.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, imediatamente a contar da notificação da CONTRATADA, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.6. A realização do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18.7. Todas as despesas com a execução dos serviços (tais como: mão de obra, transporte, hospedagem, alimentação, entrega, encargos, impostos de qualquer natureza), incidentes sobre o objeto do presente, são de inteira responsabilidade e risco da empresa CONTRATADA.

19. DA ALTERNATIVIDADE ENTRE OS CREDENCIADOS

19.1. Todas as empresas credenciadas estarão autorizadas a realizar o faturamento na compra de ingressos dos atrativos Complexo Turístico, de acordo com as condições do instrumento contratual, sendo garantida a alternatividade entre todos os credenciados, sempre excluída a vontade da Fundação PTI-BR na determinação da demanda.

20. VOUCHER

20.1. As empresas deverão encaminhar cópia do modelo de voucher a ser utilizado para consulta do aceite pelos operadores de caixa na etapa de habilitação.

20.2. Todos os vouchers emitidos deverão ser idênticos ao modelo apresentado e conter o nome legível do emitente e assinatura.

20.3. A Fundação PTI-BR fará o monitoramento anual do volume de vendas das empresas credenciadas e poderá limitar a emissão de voucher quando o faturamento for agressivo ou em situações que achar necessário. Nestes casos, a empresa deverá pagar à vista as compras seguintes até o término do período.

20.4. Não serão aceitos vouchers rasurados ou cópias.

20.5. Os vouchers emitidos eletronicamente não necessitarão de assinatura autorizada, desde que informado pela CREDENCIADA com antecedência, através de canal definido pela Fundação PTI-BR, contendo as informações necessárias que o relacionem com venda dos ingressos e seu respectivo faturamento.

20.6. A Fundação PTI-BR poderá determinar um limite de crédito para emissão de vouchers. O limite será estabelecido com base no histórico de vendas anual efetuadas pela CREDENCIADA, seu comportamento creditício e as normas internas da Fundação PTI-BR.

20.7. A CREDENCIADA deverá reconhecer ser devedora da Fundação PTI-BR em relação a todos os vouchers emitidos para o ingresso de turistas em atrações do CTI.

20.8. O voucher será considerado como título executivo extrajudicial em caso de inadimplemento da CREDENCIADA, nos termos da legislação pertinente ao caso em tela.

21. DO SISTEMA DE AGENTE CREDENCIADO

21.1. O portal o Agente credenciado é um sistema *on-line*, parte integrante do site www.turismoitaipu.com.br, que permite que as agências de turismo, operadoras, receptivos e MEIs comprem, por meio da internet, ingressos do Complexo Turístico Itaipu com suas tarifas corporativas, caso existam. Para acessar o sistema, a agência deverá solicitar seu cadastramento ao departamento comercial e *marketing* do CTI, e aceitar os termos e condições gerais para compra *on-line*, disponível no site supracitado.

21.2. O CTI se reserva ao direito de disponibilizar ou remover o acesso ao portal do agente ao qualquer tempo, em casos de inadimplência, manutenção de sistema ou não utilização dos acessos concedidos.

22. DO PREÇO NET

22.1. A tarifa NET refere se a tabela com nível de desconto, na qual cada empresa será classificada segundo critério de produtividade e demais itens da Norma de Vendas do CTI.

22.2. A critério das agências ou demais segmentos referenciados na Política Comercial vigente, estas poderão optar pelo modelo de faturamento, conforme disposto no item 23 do Edital.

22.3. O valor da tarifa NET e o enquadramento são regulamentados pela Norma de Vendas da Fundação PTI-BR, podendo esta sofrer alterações de acordo com o interesse do CTI. As agências credenciadas serão comunicadas através de e-mail ou correspondências e poderão optar pela permanência ou não no referido credenciamento em vigor.

23. FATURAMENTO

O Faturamento poderá ocorrer de duas formas:

23.1. A credenciada poderá optar pelo faturamento deduzindo a comissão, ou seja, tarifa NET ao qual a empresa está enquadrada, nesta opção o valor a ser pago será o líquido. Nesta opção a credenciada não precisará emitir nota fiscal. No quadro abaixo cronograma do processo.

AGÊNCIAS COM PAGAMENTO VALOR LÍQUIDO				
PERÍODO	APURAÇÃO DO FATURAMENTO	APURAÇÃO E ENVIO DO BOLETO	VENCIMENTO BOLETO	
			PRAZO DE 15 DIAS	PRAZO DE 30 DIAS
Do dia 1 ao dia 15	2 dias úteis	15 dias úteis antes do vencimento	Dia 30	Dia 15
Do dia 16 ao 30/31			Dia 15	Dia 30

23.2. A credenciada poderá optar por pagar o valor bruto dos atrativos e receber o desconto preço NET posteriormente quando do faturamento. O faturamento ocorrerá em 3 etapas:

23.3. A comissão será apurada quando do faturamento quinzenal/mensal.

23.4. A credenciada será informada conforme quadro abaixo dos valores faturados e da comissão, para conferência e emissão da nota fiscal referente ao valor da comissão.

23.5. A compensação da comissão devida será deduzida no boleto do faturamento.

AGÊNCIAS COM PAGAMENTO VALOR BRUTO					
PERÍODO	APURAÇÃO DO FATURAMENTO	RECEBIMENTO DAS NFSe DE COMISSÃO	APURAÇÃO E ENVIO DO BOLETO	PAGAMENTO COMISSÃO E VENCIMENTO DE BOLETO	
				PRAZO DE 15 DIAS	PRAZO DE 30 DIAS
Do dia 1 ao dia 15	2 dias úteis	2 dias úteis	10 dias úteis antes do vencimento	Dia 30	Dia 15
Do dia 16 ao 30/31				Dia 15	Dia 30

23.6. A Fundação PTI-BR apurará os débitos quinzenalmente/mensalmente e a cobrança será realizada mediante boleto bancário da fatura, deduzindo os valores referentes ao faturamento NET, com prazo de pagamento para 15 ou 30 dias, acompanhado de relatório sintético e/ou extrato das operações realizadas. O prazo para pagamento, sendo 15 (quinze) ou 30 (trinta) dias, será baseado no volume de vendas e na tarifa corporativa na qual a empresa está inserida, considerando como base de valor de faturamento as agências que estão enquadradas nos dois maiores percentuais de desconto, ou seja, Net 2 ou Net 3 da Política Comercial vigente.

23.7. Poderão ser consideradas outras agências com volumes consideráveis, desde que, estas apresentem justificativas a serem analisadas e aprovadas pela Fundação PTI-BR.

23.8. O cronograma de vendas, faturamento e cobrança, será realizado quinzenalmente/mensalmente.

23.9. O prazo de pagamento de 15 (quinze) dias é usual para todas as credenciadas.

23.10. O prazo de pagamento de 30 (trinta) dias é permitido apenas às agências que demonstram seu histórico de elevado volume de vendas e não tiverem mais de 3 atrasos de pagamento no período de 1 ano. Nesse caso, a agência deverá emitir correspondência solicitando a revisão do prazo de vencimento das faturas à área Financeira do CTI.

23.11. O Período citado nos quadros acima, poderá ser alterado quando estabelecido pela Norma de Vendas vigente do CTI e informado através de e-mail ou correspondência.

23.12. A critério da Fundação PTI-BR, havendo atraso no pagamento de algum título por parte da CREDENCIADA, esta perderá, automaticamente, o direito a emissão de “vouchers” para os atrativos do CTI, mesmo o contrato estando em vigor.

23.13. Diante do atraso no pagamento de algum boleto, a Fundação PTI-BR poderá tomar as medidas legais cabíveis sendo:

a) Poderá a Fundação PTI-BR inserir a Contratada no serviço de proteção ao crédito (SPC)

b) Ocorrendo a falta do pagamento após o 5º (quinto) dia da data de vencimento, a empresa deverá ser notificada do atraso, devendo fazer o pagamento em até 3 (três) dias úteis;

c) havendo a falta de pagamento ou no prazo solicitado, a empresa terá seu crédito para faturamento bloqueado, restabelecendo-o após o pagamento das faturas em atraso, acrescidos de juros e multa de mora;

d) se o pagamento não for identificado em um prazo de 30 (trinta) dias corridos após o vencimento, terá seus títulos protestados em cartório. Existindo comissão de direito ficará retida até ser restabelecido o seu crédito;

e) Agências com faturas vencidas protestadas e não pagas serão acionadas juridicamente pela Fundação PTI-BR.

23.14. Todos os documentos fiscais emitidos para pessoas jurídicas deverão conter informações discriminando a classe de tarifa enquadrada, o valor percentual de comissão e o valor líquido a pagar.

23.15. Se a CREDENCIADA constituir-se em mora relativamente ao pagamento dos “vouchers”, o valor do débito será acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

23.16. Quanto as visitas agendadas com antecedência, todos os cancelamentos, reembolsos e alterações de dia e horário deverão ser previamente comunicados pela agência à Fundação PTI-BR, estando sujeito a:

a) se a solicitação de cancelamento, reembolso e alteração for feita com no mínimo 48 horas de antecedência, a Fundação PTI-BR poderá cobrar a seu critério, uma taxa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor

integral do ingresso.

b) se a solicitação for realizada com menos de 48 horas antes da data da visita, a Fundação PTI-BR cobrará 50% (cinquenta por cento) do valor integral do ingresso.

c) pelo não comparecimento nas datas e horários sem prévia comunicação a Fundação PTI-BR (no show), as agências serão cobradas, de forma a pagar os ingressos integralmente, sem direito a reembolso.

23.17. O critério de faturamento poderá ser alterado, mediante solicitação da agência credenciada e formalizado por e-mail ou correspondência, devendo para tanto, ser alterado o referido instrumento contratual pela Fundação PTI-BR.

24. DA COMISSÃO POR MEIO DA TARIFA NET

24.1. A aplicabilidade das comissões sobre as vendas de ingressos, se dará através do percentual da tarifa NET às agências de turismo conforme as categorias e respectivas condições, estabelecidas na Norma de Vendas do CTI vigente.

24.2. O comissionamento deverá obedecer às seguintes regras:

24.3. Destinam-se às agências de turismo ou agentes do segmento turístico que possuem MEI (Micro Empreendedor Individual).

24.4. Destinam-se as agências de turismo com potencial ou produção superior ao estipulado na norma de vendas vigente, Organizadoras de Eventos e Operadoras de Turismo, que iniciam suas relações comerciais com o CTI.

24.5. Destinam-se às Operadoras de Turismo, Agências de Receptivos e Operadoras Internacionais que, dentro do mercado, ocupem posição de atacadistas do setor e que revendam seus produtos para as varejistas do segmento turístico. As agências com potencial ou produção superior ao estipulado na norma de vendas vigente, também poderão ser classificadas neste nível.

24.6. As agências de turismo e eventos nacionais deverão estar registradas regularmente no Cadastur, executado pelo Ministério do Turismo, ou em entidade de classe por grupo econômico, como BRAZTOA, ABEOC, ALAGEV, ABAV e suas seccionais, entre outras instituições do segmento.

24.7. As agências de turismo e eventos do MERCOSUL, cadastradas nas suas entidades de classe, AAOVYT (Argentina), AUDAVI (Uruguai),

ASATUR (Paraguai) e similares dos demais países-membros ou afiliados do bloco.

24.8. As empresas comprovadamente do mesmo grupo, através da representação de, pelo menos, um dos sócios nos seus contratos sociais, poderão ter seus movimentos mensais somados para efeito de concessão de comissionamento.

24.9. Para empresas pertencentes a grupos de agências, a comissão será padronizada pela avaliação anual do volume em suas vendas de todas as unidades.

24.10. Para plataformas online nacional ou internacionais que tenham algum vínculo com o turismo, viagens ou venda de ingressos de atrativos turísticos.

24.11. O percentual de comissionamento será aplicado sobre o valor da tarifa constante na Norma de Vendas vigente. O pagamento poderá ser à vista ou faturado, de acordo com as regras estabelecidas pela Fundação PTI-BR.

24.12. Quando as agências fazem o transporte dos turistas utilizando veículo próprio estas poderão obter desconto conforme descrito na Norma de Vendas vigente.

24.13. Para terem direito ao comissionamento dos atrativos, deverão ser apresentados Voucher, Ordem de Serviço ou lista de Passageiros (para agências estrangeiras), relatório de vendas, assinado e/ou documento eletrônico, tanto para pagamento à vista (cash), como para faturamento.

24.14. As agências de turismo favorecidas serão avaliadas anualmente para efeitos de atualização do enquadramento nas categorias de comissão. A cada avaliação, as empresas que se enquadrarem nos requisitos de outra categoria passarão a receber comissionamento correspondente àquela classe, podendo ser enquadrados em categorias superior ou inferior à atual.

24.15. Esta avaliação ocorrerá anualmente, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

24.16. As credenciadas serão comunicadas através de e-mail ou correspondência, caso ocorra alguma alteração na Norma de Vendas do CTI, devendo estas, atestar formalmente, o pleno acordo com a norma vigente.

24.17. Para ter direito ao comissionamento sobre o volume de vendas, as credenciadas deverão emitir nota fiscal com o comissionamento, referente ao período, podendo este valor ser reduzido em seu boleto. Caso a agência não entregue a Nota Fiscal no prazo estipulado, deverá fazer o pagamento do boleto pelo valor bruto da fatura. Nestes casos, a credenciada que emitir a NFS-e fora do prazo estipulado ou que realize todos os pagamentos à vista, terá valor do comissionamento pago por depósito em conta corrente.

24.18. Quando da emissão da nota fiscal, deverão ser observados os destaques dos impostos.

24.19. No corpo da nota fiscal deverá constar “comissões de vendas” e número do pedido de compra.

24.20. A Fundação PTI-BR é não contribuinte do ICMS devendo no campo Inscrição Estadual constar o código “9”.

24.21. A comissão a ser paga às agências ficará disponível até 31 de dezembro do ano corrente às compras realizadas. Após esse prazo, caso a agência deixe de emitir NFS-e, perderá automaticamente o direito aos valores.

24.22. O valor referente ao comissionamento será faturado conforme o item 15 do Termo de Referência a cada pagamento quinzenal.

25. DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. Não serão permitidas subcontratações.

26. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

26.1. A **Fundação PTI-BR** realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de fiscalização das atividades correlatas, sob responsabilidade da área de **Complexo Turístico**, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

26.2. Os usuários dos serviços poderão denunciar irregularidades na prestação dos serviços, informando à área gestora para que sejam tomadas as providências cabíveis.

27. DO PAGAMENTO

27.1. O pagamento ao credenciado será efetuado de acordo com a demanda.

27.2. É vedada a cobrança de qualquer sobretaxa em relação aos valores definidos na Norma de Vendas

27.3. Nenhum pagamento será efetuado ao CREDENCIADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

27.4. O aceite do documento fiscal consiste na validação da Nota Fiscal, observados os dados cadastrais, retenções de tributos e contribuições quando aplicáveis, e compatibilidade da CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica, com o objeto contratado.

27.5. A nota fiscal somente deverá ser emitida após a aprovação, por parte da Fundação PTI-BR, do(s) seguinte(s) documento(s):

I. A “Ordem de Serviço”, “Contrato” ou o Pedido de Compras” emitido pela Fundação PTI-BR;

II. Correspondência com a solicitação do respectivo pagamento, relativo à realização dos serviços executados;

III. Cópias das guias de recolhimento quitadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, GFIP e da Previdência Social (GPS) dos empregados da CONTRATADA que forem designados para a prestação dos serviços ora contratados, correspondente ao mês imediatamente anterior, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA (quando couber).

27.6. A nota fiscal pagamento dos serviços estão condicionados às entregas das solicitações dos mesmos (pela **CREDENCIADA**), a aprovação pela Fundação PTI-BR do fornecimento e serviços realizados, a entrega da documentação completa exigida para liberação do pagamento conforme prazos e condições a serem firmados em instrumento contratual.

27.7. Caso a Contratada esteja enquadrada no regime tributário do SIMPLES NACIONAL, ela deverá entregar, junto ao documento fiscal, a declaração do enquadramento e o respectivo anexo. Quando possuir benefícios fiscais de imunidade ou isenção, a mesma deve apresentar declaração com a base legal do enquadramento.

27.8. Os documentos fiscais deverão constar o número do pedido de compras, a descrição objetiva e clara dos serviços prestados, o local da prestação dos serviços quando ocorrer fora do município de Foz do Iguaçu/PR e o destaque das retenções de Tributos, quando aplicáveis.

27.9. Os documentos fiscais deverão ser preenchidos em nome da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – BR, CNPJ 07.769.688/0001-18, com natureza jurídica de entidade privada sem fins lucrativos, inscrição municipal 36.687, não contribuinte de ICMS, situada na Avenida Tancredo Neves nº 6731, CEP 85.867-900, Bairro Itaipu, Foz do Iguaçu (PR).

27.9.1. Nos documentos fiscais deverão constar: o número do pedido de compras, a descrição detalhada dos serviços prestados, o local da prestação dos serviços (quando ocorrer fora do município de Foz do Iguaçu – PR) e o destaque das retenções de tributos (quando aplicáveis).

27.10. Todos os documentos fiscais eletrônicos devem ser enviados para o e-mail: nfeletronica@pti.org.br e as Notas Fiscais manuais devem ser enviadas para a área de recebimento.

27.11. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CREDENCIADA, quando couberem, estarão sujeitos à retenção de tributos, conforme legislação vigente:

I. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), conforme Decreto nº 9.580 de 2018 art. 74 RIR/2018. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), conforme Lei 10.833/2003 e Instrução Normativa RFB 459/2004;

II. Contribuição social previdenciária (INSS), na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;

III. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital;

IV. Demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

27.12. A CREDENCIADA, quando da formalização de sua Proposta Comercial, assumirá a responsabilidade de fazê-la com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado, não podendo ser atribuída à Fundação PTI-BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.

27.13. Caso a CREDENCIADA não apresente a documentação completa exigida para liberação do pagamento da nota fiscal/fatura no prazo estabelecido, o respectivo pagamento dos serviços somente ocorrerá a 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação formal, pela CREDENCIADA à Fundação PTI-BR, dos respectivos documentos faltantes.

27.14. A Fundação PTI-BR poderá, a seu critério, deduzir dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, valores cobrados pela mesma sem o devido respaldo contratual ou resultantes de multas ou qualquer outro débito da CREDENCIADA decorrente dos compromissos assumidos neste Contrato.

27.15. No pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes do contrato, a Fundação PTI-BR deverá obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes motivos devidamente justificados pela autoridade competente.

28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- I.** Não atender, sem justificativa, à convocação para a assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- II.** Atrasos nas entregas das compras sem justificativas plausíveis, não atendendo os prazos do Termo de Referência
- III.** Entregas realizadas em desconformidades com o Termo de Referência;
- IV.** Apresentar documento falso
- V.** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de seleção de fornecedores
- VI.** Afastar ou procurar afastar participante, por meio da violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo
- VII.** Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico
- VIII.** Incorrer em inexecução contratual

28.2. Para toda e qualquer ofensa aos deveres contratuais, poderão ser aplicadas, à CONTRATADA, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

I. Advertência para faltas leves, assim entendidas: aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o Contratante.

II. Multa Moratória, equivalente a 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor atualizado no instrumento contratual, por dia de atraso.

III. Multa compensatória, de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total do instrumento contratual ou por ato que frustre ou fraude a avaliação competitiva, sem prejuízo de rescisão unilateral da avença.

IV. Suspensão do direito de participar de processos de compras e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR por até 2 (dois) anos;

28.3. A inexecução total ou parcial do contrato pode acarretar a sua rescisão, respondendo, a parte que causou, às consequências contratuais e às previstas em lei.

28.4. Na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de avaliação competitiva e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR deverá ser considerada a dosimetria da penalidade, conforme tabela a seguir:

INFRAÇÃO	PENA (MÁXIMA)
Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;	04 (quatro) meses
Atrasos nas entregas das compras sem justificativas plausíveis, não atendendo os prazos do Termo de Referência;	12 (doze) meses
Entregas realizadas em desconformidade com o Termo de Referência;	12 (doze) meses
Apresentação de documento falso;	12 (doze) meses
Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;	24 (vinte e quatro) meses
Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;	12 (doze) meses
Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;	12 (doze) meses
Incorrer em inexecução contratual.	12 (doze) meses

28.4.1. A sanção de suspensão do direito de participar de avaliação competitiva e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR para o caso de inexecução contratual deve ser aplicada apenas no caso de inadimplemento grave ou que se entenda que não é dispensável de cumprimento.

28.5. As sanções, previstas na tabela acima, de infração e pena, poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante abaixo, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência dos seguintes termos:

I. Quando restar comprovado que o fornecedor ou contratado tenha registro, no Cadastro de Fornecedores da Fundação PTI-BR, de penalidade aplicada em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas neste instrumento, nos 24 (vinte e quatro) que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. Quando restar comprovado que o fornecedor tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. Quando o fornecedor, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. Quando restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

28.6. As infrações, independentemente de sua gravidade, poderão ser aplicadas de modo cumulativo, mais de uma penalidade, sem prejuízo da eventual rescisão contratual sem o direito à indenização.

28.7. As sanções de advertência e suspensão do direito de participar de avaliação competitiva e impedimento de contratar com a FUNDAÇÃO PTI-BR, por até 2 (dois) anos, poderão ser aplicadas juntamente às sanções de multa, a depender do caso e da sua aplicação, ainda que de forma cumulada, não exime a responsabilidade de indenizar eventuais perdas e danos ocasionados à FUNDAÇÃO PTI-BR decorrentes do descumprimento contratual e/ou obrigação constante no Termo de Referência.

28.8. A multa não será aplicada caso o fato gerador em que incorreu a CONTRATADA tenha sido consequência de motivo de força maior ou caso fortuito.

28.9. A FUNDAÇÃO PTI-BR reserva-se o direito de deduzir, dos valores devidos a CONTRATADA, as multas aplicadas e a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos, que a mesma causar à FUNDAÇÃO PTI-BR ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

28.10. As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem nenhuma outra prevista em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à FUNDAÇÃO PTI-BR.

28.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento contratual, excluir-se-á o dia do início, incluir-se-á o vencimento e considerar-se-ão os dias úteis consecutivos.

28.12. A aplicação das penalidades previstas deverá ser realizada em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando o art. 75 e seguintes da NCCA.

28.13. A CONTRATADA poderá interpor defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso.

28.14. Da decisão final cabe recurso.

28.15. A não ocorrência das penalidades acima referidas não impede que a FUNDAÇÃO PTI-BR rescinda, unilateralmente, o instrumento contratual.

28.16. Na aplicação das sanções serão consideradas as seguintes condições:

- a) razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- b) os danos resultantes da infração;
- c) reincidência, assim entendida como a repetição de infração de igual natureza;
- d) outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

28.17. No caso de atraso do pagamento por parte da FUNDAÇÃO PTI-BR, a CONTRATADA poderá exigir as penalidades a seguir:

- I - Multa, de 2% (dois por cento), sobre o valor da parcela pendente;
- II - Juros, de 1% (um por cento), ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

29. DO DESCREDENCIAMENTO

29.1. O presente credenciamento tem caráter precário. A qualquer momento, o **CREDENCIADO** pode solicitar o credenciamento, caso não tenha mais interesse. Ademais, o **CREDENCIADO** ou a **FUNDAÇÃO PTI-BR** podem denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Termo de Referência ou na legislação pertinente.

29.2. O **CREDENCIADO** que desejar iniciar o procedimento de credenciamento deverá solicitá-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

29.3. A **Fundação PTI-BR** pode, a qualquer momento, solicitar um credenciamento se:

29.3.1. Após haver confirmado recebimento de mensagem da **Fundação PTI-BR** da solicitando a execução de um trabalho e ter afirmado sua execução, o **CREDENCIADO** deixar de executá-lo;

29.4. O não-cumprimento das disposições mencionadas no Termo de Referência poderá acarretar o credenciamento do credenciado, garantindo o contraditório e a ampla defesa e sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

29.5. Fica facultada a defesa prévia do credenciado, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação de credenciamento.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Todas as despesas, encargos, fretes, impostos de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto do presente, honorários, taxa de agenciamento e todas as obrigações sociais e previdenciárias são de inteira responsabilidade e risco da empresa contratada.

30.2. Nos custos apresentados devem estar inclusas despesas necessários para com a contratação dos profissionais.

30.3. Durante todo o período de credenciamento, a empresa credenciada deverá manter atualizada sua documentação e seus cadastros junto a **Fundação PTI-BR**.



PTI

Parque Tecnológico
Itaipu

CNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

31. DO FORO

31.1. Para dirimir toda e qualquer dúvida e/ou divergência oriunda do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de 2021.

(Assinado Digitalmente)

Eduardo Castanheira Garrido Alves

Diretor Superintendente

(Assinado Digitalmente)

Flaviano da Costa Masnik

Diretor Administrativo-Financeiro

(Assinado Digitalmente)

Igo Vinicio Trida
Comitê de Julgamento

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/98F7-1BA6-4A86-BB88> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 98F7-1BA6-4A86-BB88



Hash do Documento

777DD8F3D76AAA7F46C37C4CA226BDCA36C6CC8949D2ECB08E561DB61B4CCA2B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/09/2021 é(são) :

☒ Eduardo Castanheira Garrido Alves (Signatário) - 569.170.157-68

em 24/09/2021 13:38 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Flaviano da Costa Masnik (Signatário) - 018.518.669-65 em

24/09/2021 09:51 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ IGO VINICIO TRIDA (Signatário) - 081.249.409-16 em

24/09/2021 09:39 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

